

ENSINO: EDUCAÇÃO INCLUSIVA E AS NOVAS TECNOLOGIAS

Ligiane Franciele de Sousa ¹

Luan Ferreira da Silva Paz ²

Mylena Santos de Magalhães ³

Renali Alves Pereira ⁴

RESUMO

O presente estudo científico versará acerca da temática da educação inclusiva, bem como a formação de professores, suas diretrizes curriculares e o uso das novas tecnologias postas no processo de aprendizagem. Esta que tem contemplado indivíduos com deficiência em seu processo de escolarização dada a disponibilidade de softwares e programas, sendo essas deficiências cognitivas ou sensoriais. É uma produção textual que cujos objetivos giram em torno das discussões acerca das novas tecnologias voltadas ao ensino desses indivíduos, tendo ênfase ao longo da mesma as Tecnologias Assistivas. O referencial metodológico da produção privilegia as legislações brasileiras voltadas para a educação inclusiva, bem como autores renomados que discutem acerca da tecnologia em prol do processo de escolarização destes. Ao final, procura analisar o trabalho do professor e os desafios enfrentados por este na acolhida das pessoas portadoras de deficiência, bem como as ferramentas tecnológicas direcionadas a essas para auxiliar no processo de aprendizagem. Nesse sentido, sugere estratégias para auxiliar o trabalho para com esse aluno, de modo a privilegiar uma maior atuação do professor no mesmo.

Palavras-chave: Escola inclusiva, Formação de professor, Novas tecnologias, Alunos com deficiência.

INTRODUÇÃO

As discussões acerca da inclusão de crianças que sejam portadoras de necessidades especiais em escolas dos mais variados segmentos e a formação de

¹ Graduanda em Letras - Língua Inglesa pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, ligianefsousa@gmail.com;

² Graduando em História pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, luanpaz181@gmail.com;

³ Graduanda em História pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, mylenamagalhaes6022@gmail.com;

⁴ Graduanda em Letras - Língua Inglesa pela Universidade Estadual da Paraíba - UEPB, renali.apereira@gmail.com.

professores para atender a demanda destes se tornaram pertinentes no cotidiano educacional, dado o aumento do acesso destes aos espaços educacionais.

Ainda que esta inclusão não esteja limitada apenas ao ambiente escolar, mas que se abranja socialmente, politicamente e culturalmente. Se apoiando em elementos como a justiça e igualdade social ao tempo que conclama por um espaço educacional para todos a partir de ideais como o respeito às diferenças, estas tão presentes em nossa sociedade, para se estabelecer então relações pacíficas em uma sociedade tão diversificada, onde possa se estabelecer a troca de experiências em todos os setores da mesma, principalmente no espaço de aprendizagem, que estes intercâmbios possam se sobressair as diferenças sejam elas quais forem.

A educação inclusiva surge como um aparato a estes alunos com deficiência, para que estes possam compreender os saberes escolares e aplicá-los em atividades do dia a dia, de modo que contribua para sua integração aos vários setores da sociedade, de modo que tenham as mesmas chances que estejam a disposição de outros alunos que não tenham qualquer deficiência, para que consigam desempenhar uma carreira profissional e que sejam capazes de obter vínculo empregatício diante conclusão de curso profissionalizante.

A educação inclusiva entra como sendo uma possibilidade dentro do processo de escolarização que busca principalmente a integração daqueles indivíduos portadores de deficiência mediante o ensino regular. Esta deve ser implementada de modo a atender as necessidades específicas destes nas escolas, sendo elas públicas e/ou particulares, de maneira que ofereça auxílio e aparato a estes, seja no ensino fundamental e igualmente no ensino médio e superior.

Mas para que de fato tenhamos a efetivação desta e que políticas públicas específicas sejam efetivadas, temos ainda obstáculos a driblar. Dentre os quais, as limitações dos professores para lidar com estes em sala, salas essas em geral cheias de alunos com os mais variados problemas que vão desde aqueles de origem social, passando por outros de origem disciplinar e chegando aqueles de aprendizagem (Bueno, 1999; Glat, 2007).

Ainda que um dos argumentos normalmente levantados pelas instituições de ensino seja o de não ter estrutura para lidar com estes, sendo que as mudanças e atitudes

com relação aos mesmos só são tomadas mediante a entrada nos espaços de escolarização. Fica inviável discutir e promover ações para uma educação inclusiva sem pensar no bem estar e desde que essa envolva toda comunidade. Sendo que a palavra inclusão deve reger e orientar todas as ações tomadas pela equipe gestora, esta que deve elaborar os projetos políticos pedagógicos que abarque elementos como o respeito às diferenças dada às situações de exclusão tão contínuas a qual se alocam dentro do processo a qual passou e passa a educação brasileira (Mantoan, 2008). Ainda, fica a cargo da educação o desafio de transformar suas metodologias mediante uma realidade tão atual no tocante às práticas de exclusão dentro do processo de escolarização.

Em suas reflexões sobre este aspecto, Werneck (1997, p. 58) já nos mostrava que “incluir não é favor, mas troca. Quem sai ganhando nesta troca somos todos nós em igual medida. Conviver com as diferenças humanas é direito do pequeno cidadão, deficiente ou não”.

Segundo concepção da mesma, promover a inclusão seria a melhor estratégia para pôr fim a sentimentos como o preconceito, sendo um dos pontos de partida se trabalhar isso ainda nos cursos de licenciatura, e se desenvolvendo em outros espaços de escolarização, principalmente nas instituições de ensino superior dado o fato destes mesmo que sem ter formação específica também vão lidar com estes alunos deficientes, não sendo apenas responsabilidade daqueles que possuem formação específica com ênfase em Educação Especial..

Ainda que uma das estratégias utilizadas para driblar tais barreiras neste processo seja o uso da informática e as possibilidades trazidas consigo. Tendo em vista a disponibilidade de softwares e programas que servem como auxiliares mediante o processo de escolarização destes. Ainda que muitas outras mudanças se façam essenciais para se atingir um maior contingente de deficientes sejam de fato inseridos nas escolas.

As mudanças que precisam ser incorporadas nestes espaços principalmente partindo de incentivo dos docentes, tendo a disponibilidade dos mesmos as Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC, que constituem uma gama de recursos tecnológicos, tendo itens como: internet, igualmente computadores, e ainda teremos outros itens que fazem parte e constituição destas possibilidades como chats, TV e

páginas na web, estas últimas voltadas e adaptadas para a promoção do ensino a distância, além de outros mais (TEIXEIRA, 2010).

Este texto é construído a partir de extensa pesquisa bibliográfica e tem como objetivo central a promoção de discussões acerca das novas tecnologias postas na educação inclusiva, bem como a formação docente, centralizando essas discussões nas Tecnologias Assistivas, estas últimas que se fazem essenciais no desenvolvimento educacional daqueles alunos portadores de deficiência.

DIRETRIZES CURRICULARES VOLTADAS PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

A partir da homologação da resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001, teremos então as diretrizes nacionais voltadas para atender as demandas da educação básica no tocante à inclusão, estas consolidadas dadas as ações do Ministério da Educação no dia 15 de agosto de 2001. Fica definido que a partir desta, aqueles alunos que sejam portadores de necessidades especiais, dentro do âmbito educacional, tenham assegurado o direito bem como o acesso a uma educação especial que atenda às suas necessidades.

Para que se chegasse a sua homologação, a mesma passou por diversas discussões envolvendo diversos setores da sociedade, tendo como documento norteador as ditas Referências para Educação Especial, discussões estas que ocorreram e tiveram seu início no âmbito da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Segundo o documento (2001, p. 6):

A adoção do conceito de necessidades especiais educacionais e do horizonte da educação inclusiva implica mudanças significativas. Em vez de se pensar no aluno como origem de um problema, exigindo-se dele um ajustamento a padrões de normalidade para aprender com os demais, coloca-se para os sistemas de ensino e para as escolas o desafio de construir coletivamente as condições para atender bem à diversidade de seus alunos.

Ou seja, as diretrizes agora remontam ao aluno não como o centro da problemática do estudo, agora o enfoque se dará em torno da criação de possibilidades para que estes alunos portadores de deficiências possam ter suas necessidades atendidas. De acordo com as mesmas, duas questões ficariam em evidência a partir de então: a

reestruturação dos sistemas de ensino de modo a acolher e atender essa nova demanda, bem como a formação do docente.

Ainda segundo as diretrizes, para que isso se consolide se faz necessário que:

- As políticas públicas e suas estratégias cheguem ao conhecimento de todos os profissionais que atuam na área da educação.

- As políticas voltadas a esta modalidade precisam ter como eixo central elementos que visem a integração destes alunos.

- Os objetivos precisam destacar elementos como o direito e a dignidade, assim como o exercício pleno da cidadania e a busca por uma autonomia por parte destes.

- Consolidar a inclusão no processo de escolarização deve ser categórica e possuir estrutura para a consolidação das metas ao fim do processo.

Tais adversidades surgem neste processo:

- Se faz necessário ações políticas em prol do fomento de vagas nas redes de ensino de modo a atender todos os possíveis alunos de determinada localidade.

- As ações de cunho técnico científico, mesmo este sendo uma responsabilidade de órgãos como a Câmara de Ensino Superior do CNE, surge a necessidade em oferecer uma melhor formação tanto para os docentes da educação básica quanto do ensino superior, de modo a privilegiar a troca de experiências e promover um intercâmbio entre estes.

- Na elaboração do projeto político pedagógico, é essencial construir e solidificar um currículo que contemple a escolarização especial.

- Ficando a cargo do setor administrativo, o planejamento de ações específicas bem como as orientações acerca destas quando postas em prática.

Ainda segundo a lei, a recomendação de que seja ofertado este ensino especial em toda a demanda do ensino regular, seja com professores sem formação ou especializados na temática especial, seguindo uma série de requisitos a fim de promover e ampliar as possibilidades, seguindo o princípio de se educar para findar elementos como a diversidade e também promover melhorias na base curricular, e conforme esta, se apropriando de metodologia distinta entre os discentes e método de avaliação conforme a necessidade de cada um. Devendo ainda dispor de apoio auxiliar, este através de intérpretes e outros auxiliares.

Conforme as diretrizes (2001, p. 28):

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educando, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades.

Ainda segundo o documento, a inclusão desse aluno no espaço educacional e em salas regulares não significa que as políticas de inclusão foram consolidadas, havendo a necessidade de se pensar novas estratégias tendo em vista o desafio em torno da educação especial. Ficando a cargo da comunidade escolar, como é destacado posteriormente, se adequar às novas exigências e também as novas ferramentas que servirão como auxiliares no processo de aprendizagem, além de outros fatores e elementos que são pensados para melhorar a experiência no processo de aprendizagem em si.

FORMAÇÃO DOCENTE

Segundo Márcia Denise Pletsch, aconteceram vários avanços importantes para a formação docente no Brasil. Especialmente nos últimos dez anos, além da legislação, a produção do conhecimento acadêmico abordando o tema. Com destaque para a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira* (LDB 9394/96), que foi aprovada em 20 de dezembro de 1996, com o objetivo de incentivar mudanças na educação básica. A autora também cita que a LDB dedica um capítulo inteiro apenas à formação de professores, onde consta fundamentos metodológicos, os tipos e as modalidades de ensino, e ainda as instituições responsáveis pelos cursos de formação inicial dos docentes. No artigo 13, a LDB estabelece as incumbências dos professores, independentemente da etapa escolar em que atuam. Ainda assim, é preciso buscar entender que as mudanças na educação inclusiva também dependem de outros fatores, pois o contexto social em que a criança está inserida, o econômico e cultural, se a escola dispõe dos recursos necessários e se há de fato um financiamento disponível para que as escolas possam ser intituladas inclusivas (MENDES, 2002).

Os professores precisam de formação e orientação, de maneira que saibam adequar seus conhecimentos de mundo à prática docente, pois muitas vezes é necessário que o lado emocional trabalhe em conjunto com o profissional, principalmente se tratando de alunos atípicos. Estudos mais recentes continuam apontando como a formação de professores precisa de melhorias, a fim de se fazer eficaz e de pôr em prática uma educação inclusiva no ensino regular. (BUENO, 1999a; CARNEIRO, 1999; MAGALHÃES, 1999; GLAT, 2000; GLAT; NOGUEIRA, 2002 e 2003; FERREIRA; GLAT; FERREIRA; OLIVEIRA; SENNA, 2003; BRAUN; SODRÉ; PLETSCH, 2003; GLAT; PLETSCH, 2004; PLETSCH, 2005; GLAT; PLETSCH, OLIVEIRA; ANTUNES, 2006; PLETSCH; FONTES, 2006). A realidade retratada através de uma recente pesquisa âmbito nacional mostrou que os professores, de maneira geral, não estão preparados para receber em sua sala de aula alunos especiais (GLAT; FERREIRA; OLIVEIRA; SENNA, 2003)2.

É possível perceber que principalmente o despreparo e a falta de conhecimentos dos profissionais da educação, estão ligados a capacitação recebida por eles. Além de tudo isso, existe o mito sobre a capacidade intelectual do aluno especial, e sobre como julga-se impossível que ele consiga ser autônomo.

Os estudos de Pletsch, apontam que é necessário perceber que o maior desafio relacionado à formação de professores é a capacidade de reconhecer e por em prática atitudes que permitam a facilitação da compreensão do conteúdo por parte do aluno, para isso o profissional deve se sentir capaz de desempenhar de maneira adequada o seu papel de professor para pessoas com necessidades especiais, além de perceber que tudo se trata de uma troca mútua, onde ambos têm a chance de aprender com isso. É de extrema urgência que as políticas públicas educacionais brasileiras voltadas para a inclusão se adequem e incentivem os profissionais da educação a fim de desenvolver as ferramentas e habilidades necessárias para lidar com tal realidade.

FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS E EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PRÁTICA

Vygotsky (1987) dada suas contribuições acerca de mecanismos como o desenvolvimento humano e igualmente de apropriação, dada a interação em volta dos

indivíduos dentro do meio social a qual estão inseridos. O mesmo destaca não só a importância da ação, mas também de elementos como a linguagem e os processos que emergem em torno das interações, estes alocados no processo em detrimento da solidificação das chamadas estruturas mentais em posições superiores (VYGOTSKY, 1987). As ferramentas à nossa disposição e igualmente a disposição destes, acabam influenciando no desenvolvimento dos mesmos.

Estes portadores de deficiência naturalmente possuem limitações, e isso conseqüentemente acaba refletindo no seu processo de aprendizagem. Procurar encontrar recursos ou maneiras de driblar essas adversidades são uma estratégia de tornar o espaço de aprendizagem mais dinâmico e proveitoso, ainda se apropriando da cultura. Outra limitação posta a esses, é o preconceito tão visto até atualmente nas escolas, e também em outros espaços. Implementar e desenvolver recursos de acessibilidade é uma estratégia a mais para contornar a situação, pois, dado o momento de interação e aprendizado, de maneira a explicitar seu pensamento, o indivíduo portador de deficiência seria integrado de igual para igual.

É de conhecimento de todos que as ditas novas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) têm ganhado espaço de maneira gradual, e se tornado ferramentas essenciais de nossa cultura e, seu uso, posto como uma alternativa dada a tentativa inclusão e de interatividade (LEVY, 1999). Tal constatação é reforçada quando olhamos para os indivíduos deficientes. Nesta situação específica, as TIC podem ter a mesma função que uma ferramenta classificada como Tecnologia Assistiva.

Segundo o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), uma tecnologia assistiva se configura da seguinte maneira:

[...] é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (CAT. 2009).

Ou seja, se enquadra como Tecnologia Assistiva todas as ferramentas e recursos que tenham a função e capacidade de estabelecer a autonomia destes. Sendo o eixo norteador desta é proporcionar, ao indivíduo portador de deficiência, elementos como a

autonomia e a independência em situações cotidianas. Em sua maioria, as ferramentas desenvolvidas para com esta finalidade são equipamentos e softwares desenvolvidos para melhorar o desempenho de indivíduos com deficiência. Tendo atualmente a disposição, apetrechos simples e igualmente softwares com funções mais complexas.

Ficando a cargo da tecnologia assistiva desenvolver e despertar nestes certa autonomia, estes importantes tanto para os pais, quanto para a comunidade escolar em geral.

A seguir, exemplos de algumas ferramentas que podem auxiliar no processo educacional para com alunos com deficiência:

1. Deficiência auditiva:

- a) Player Rybená - ferramenta que converte documentos escritos e outros elementos desde que escritos em língua portuguesa para Libras.
- b) Plaphoons - facilita a utilização de figuras que representam além de determinados sentimentos, também ações cotidianas. Através destas, o usuário desenvolve a capacidade de exercer atividades distintas.

2. Deficiência motora:

- a) Motrix - este foi pensado e desenvolvido para atender aqueles com deficiência motora com alto grau de severidade, um exemplo próximo, a distrofia muscular. Cujas ferramentas possui um mecanismo complexo, ficando a cargo deste a parte motora mais complexa, naturalmente, de atividades mais densas, fazendo com que o indivíduo possa desenvolver atividades como a leitura e jogar bola.

Deficiência visual:

- a) Talks - uma ferramenta que faz a leitura de tela e se adequa a diversos aparelhos celulares.
- b) Braille Fácil - ferramenta cuja função é transformar textos convencionais em Braille, podendo fazer a impressão destes textos no mesmo formato.

A tecnologia no ambiente escolar fornece além da acessibilidade, a promoção da aprendizagem para com aqueles alunos portadores de deficiência. Estes indivíduos que têm resguardado o direito e o acesso à escolarização, e independentemente de qualquer deficiência, cabe ao professor ter instrumentos como esses que vão colaborar para com o processo de escolarização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que se façam cada vez mais presentes em nosso cotidiano discussões acerca da educação inclusiva e os desafios que a cerca, temos a noção que ela de fato se faz necessária e fica perceptível os avanços no processo em torno da mesma nas escolas regulares. Uma vez que a mesma se faz presente em todos os níveis, partindo desde a educação básica e passando pela graduação até a pós graduação, espaços estes que alunos com qualquer tipo de deficiência vão está se formando para então se tornarem indivíduos independentes e cidadãos ativos no meio a qual estão inseridos, aproveitando do direito de igualdade junto de outros membros da sociedade.

Sendo que as ações voltadas para a promoção destas ganhe os espaços de discussão e passem de meros debates, que as ações possam penetrar as diversas camadas e setores da sociedade de modo a propiciar uma melhor experiência daqueles que de alguma forma possam ser excluídos neste processo de escolarização, não só neste, mas que atinja outros setores.

Sendo função das ferramentas tecnológicas a atuação como auxiliar neste processo. Principalmente no tocante às ditas Tecnologias Assistivas, uma vez que estão diretamente e atuando junto a estes. Neste processo, o uso da informática bem como das ferramentas a disposição, devem ser colocadas no intuito de prestar auxílio tanto aos docentes quanto aos discentes. Cabendo a estes primeiros procurar estratégias de modo a permitir o intercâmbio destas no ambiente escolar, sempre pautado nos princípios trazidos com a inclusão.

E em um cenário mais proveitoso, cabe aqueles que transmitem o conhecimento promover dinâmicas no seu ambiente de atuação de modo a propiciar aqueles com necessidades especiais, diversas maneiras de construir seus saberes, não se abstendo das limitações naturalmente impostas a estes, mas não se limitando a estes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Comitê de Ajudas Técnicas**. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República -SDH/PR, 2009. 138p. Disponível em: <https://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/livro-tecnologia-assistiva.pdf>. Acesso em 27/07/2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB** (Lei n.º 9394/96). 20 de dezembro de 1996.

_____. **Plano Nacional de Educação** (Lei n.º 10.172/01). 2000.

BRAUN, P.; PLETSCHE, M. D.; SODRÉ, J. A formação inicial e continuada de recursos humanos para a prática docente frente à educação inclusiva. IN: NUNES SOBRINHO, F. de P. (Org.). **Inclusão educacional - pesquisa e interfaces**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2003.

BUENO, J. G da S. Crianças com necessidades educativas especiais, políticas públicas e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira da Educação Especial**, v.3, n.5, pp.7-25, 1999.

BUENO, J. G. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 3, n. 5, p. 7-25, 1999a.

CARNEIRO, R. C. A. **Formação de professores na perspectiva da educação inclusiva**. Dissertação (Mestrado - Programa de Pós Graduação em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (APROVADA PELA RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 2, de 11/09/2001).

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. O papel da Universidade frente às políticas públicas para educação inclusiva. **Revista Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, p. 3-8, 2004.

GLAT, R.; ANTUNES, K. C. C.; OLIVEIRA, M.; PLETSCHE, M. D. **A educação especial no paradigma da inclusão: a experiência da rede pública municipal de educação do Rio de Janeiro**. In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 13., 2006, Recife. Anais... Recife, 2006.

GLAT, R. Capacitação de professores: pré-requisito para uma escola aberta à diversidade. In: **Revista Souza Marques**, v. 1, p. 16-23, 2000.

GLAT, R. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

GLAT, R.; FERREIRA, J. R.; OLIVEIRA, E da S. G.; SENNA, L. A. G. Panorama Nacional de Educação Inclusiva no Brasil. **Relatório de consultoria técnica**, Banco Mundial, 2003. Disponível em: <www.cnotinfor.pt/projectos/wolrdbank/inclusiva>. Acesso em: jul./2021.

GLAT, R.; NOGUEIRA, M. L. de L. Políticas educacionais e a formação de professores para a educação inclusiva no Brasil. **Revista Integração**, Brasília, v. 24, ano 14, p. 22-27, 2002.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

MAGALHÃES, E. F. C. B. **Viver a igualdade na diferença: a formação de educadores visando a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 1999.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér (org). **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

____. Stress e inclusão: indicadores de stress em professores frente à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. **Revista Cadernos de Educação Especial**, Santa Maria, n. 20, p. 117-125, 2002.

PLETSCH, M. D. **O professor itinerante como suporte para educação inclusiva em escolas da rede municipal de educação do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2005.

TEIXEIRA, E. C. A. **Educação e novas tecnologias: o papel do professor diante desse cenário de inovações**. Webartigos, [S.1.], 24 jul. 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/43328/1/EDUCAÇÃO-E-NOVAS-TECNOLOGIAS-OPAPEL-DO-PROFESSOR-DIANTE-DESSE-CENARIO-DE-INOVAÇÕES/pagina1.html>>. Acesso em: 17 jul. 2021.

VYGOTSKY, L.S. **Pensamento e Linguagem**. 2a Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1989.
WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: ED. W.V.A, 1997.